

PGR defende no Supremo que prisão de Paulo Maluf seja mantida

A Procuradoria-Geral da República defendeu nesta quinta-feira (15/2) no Supremo Tribunal Federal a manutenção da prisão em regime fechado do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP). Ele está preso para cumprir pena de 7 anos e 9 meses na Penitenciária da Papuda, no Distrito Federal, pelo crime de lavagem de dinheiro.

Wilson Dias/ABr



Para PGR, decisão do Supremo que resultou na prisão do deputado Maluf não tem irregularidades. Wilson Dias/ABr

A manifestação foi motivada por um pedido de Habeas Corpus feito pela defesa do parlamentar. Os advogados tentam derrubar a decisão do ministro Edson Fachin, que determinou o imediato cumprimento da condenação. De acordo com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, não há irregularidades na decisão de Fachin.

Maluf foi condenado por receber propina em contratos públicos com as empreiteiras Mendes Júnior e OAS quando era prefeito de São Paulo (1993-1996). Os recursos teriam sido desviados da construção da avenida Água Espreiada, hoje chamada avenida Roberto Marinho. O custo total da obra foi cerca de R\$ 800 milhões.

As investigações se arrastaram por mais de 10 anos, desde a instauração do primeiro inquérito, ainda na primeira instância da Justiça. Os procuradores do Ministério Público estimaram em US\$ 170 milhões a movimentação total de recursos ilícitos. O Supremo assumiu o caso após a eleição de Maluf como deputado federal. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

16/02/2018